

LINGUASAGEM

O CONVÍVIO DEMOCRÁTICO: A FUNÇÃO DA ESCOLA NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA

Ana Patrícia Falcão¹

Resumo

O convívio democrático: a função da escola na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos – EJA é o tema desta escrita. Apresenta-se o seguinte problema: Como é possível os pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental Marc Thein em Mairi/Ba, participarem efetivamente do processo de democratização da gestão em EJA? Como objetivo principal busca-se analisar a participação dos pais, alunos, professores e comunidade escolar no âmbito educativo como processo de construção de autonomia, participação efetiva e gestão democrática. São objetivos específicos: identificar os obstáculos enfrentados pelos diversos segmentos (pais, alunos, professores e comunidade escolar) no processo de democratização do espaço escolar; observar se há condutas repressoras de gestores da EJA que dificultam a participação de todos os segmentos na convivência democrática. Freire, Viera e Gadotti foram os autores principais. A abordagem é a qualitativa com pesquisa exploratória de campo. Conclui-se que ainda há relações cotidianas baseadas em condutas repressoras e autoritárias.

Palavras-chave: Educação; EJA; Convívio democrático.

Abstract

Democratic coexistence: the role of the school in the perspective of Youth and Adult Education - EJA is the theme of this writing. The following problem arises: How is it possible for parents, students, teachers and the entire school community at the Marc Thein Elementary School in Mairi / Ba, to participate effectively in the process of democratizing management in EJA? The main objective is to analyze the participation of parents, students, teachers and the school community in the educational sphere as a process of building autonomy, effective participation and democratic management. The specific objectives are: to identify the obstacles faced by the different segments (parents, students, teachers and the school community) in the process of democratizing the school space; to observe if there are repressive behaviors by EJA managers that hinder the participation of all segments in democratic coexistence. Freire, Viera and Gadotti were

¹ Mestrado na Educação de Jovens e Adultos MPEJA/UNEB. Tem especialização em Educação Inclusiva; Possui Graduação em Pedagogia pela UNEB (Universidade do Estado da Bahia,2008) Graduação em Educação Física pela UNB (Universidade de Brasília) . Graduação em Física pela FACIBA (Faculdade de Ciências da Bahia) Membro do grupo de pesquisa Programa de Educação Inclusiva (PROGEI/UNEB). Larga experiência em docência no Ensino Básico e Superior; Experiência em Gestão Escolar. Atua na inserção de jogos educativos na educação especial, incluindo os games e a relação destes com o público da EJA. anafalcao2010@gmail.com

the main authors. The approach is qualitative with exploratory field research. It is concluded that there are still daily relationships based on repressive and authoritarian conduct.

Keywords: Education; EJA; Democratic coexistence.

Introdução

Neste estudo analisa-se a seguinte temática: o convívio democrático: a função da escola na perspectiva da educação de jovens e adultos – EJA. Discorremos a respeito de como contribuir para uma gestão participativa e democrática, observando a importância da convivência no espaço escolar, com a participação efetiva dos segmentos escolares: pais, alunos, professores, funcionários, gestores e comunidade local, na modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Centro de Ensino Fundamental Marc Thein, considerando este espaço de convivência e esta modalidade como condição importante no processo de ensino aprendizagem e busca de autonomia.

Diante disso, sabemos que a escola, antes detentora do saber, se transformou num espaço aberto ao conhecimento construído e compartilhado por todos e a EJA contida neste espaço também participa deste processo de democratização. Contudo, entendemos ser de suma importância refletirmos este tema proposto tendo como local de investigação o Centro de Ensino Fundamental Marc Thein - localizado no município de Mairi, Estado da Bahia.

Estamos inclusos em uma sociedade onde as próprias escolas criam barreiras ao convívio democrático, impedindo a participação de todos, à valorização das diferenças. Diante disso, torna-se prioridade discutir o campo da EJA e suas interfaces no sentido de que só assim far-se-á com que a exclusão nesse contexto não seja uma realidade tão comum, haja vista a história de resistência e de muitas lutas que descrevem os sujeitos que a compõe.

Palavras como autonomia, convívio democrático, participação e outras correspondentes, tornaram-se temas de discussões nos dias atuais. Diante disso, este estudo apresenta reflexões em torno da gestão participativa e democrática dentro do contexto escolar em EJA com a participação efetiva dos segmentos já mencionados aqui a fim de construir uma melhor convivência entre estes sujeitos, entre sujeitos outros dentro deste espaço e n'outros, considerando-os como espaços de resistência e de recolocação de ser no mundo.

Diante das demandas enfrentadas pela Educação de Jovens Adultos e pela

necessidade dos seus sujeitos posicionarem-se como sujeitos de direitos, faz-se necessário o seguinte questionamento: Como é possível os pais, alunos, professores e toda a comunidade escolar do Centro de Ensino Fundamental Marc Thein em Mairi/Ba, participarem efetivamente do processo de democratização da gestão em EJA? Vale ressaltar que este estudo visa desvendar essa problemática no decorrer da investigação aqui proposta.

A consolidação do estudo dessa problemática promove a formulação do objetivo geral: analisar a participação dos pais, alunos, professores e comunidade escolar no âmbito educativo como processo de construção de autonomia, participação efetiva e gestão democrática. Esse objetivo tem como propósito aprofundar a reflexão acerca do tema abordado.

Para aprofundar essa discussão, procuramos estabelecer os seguintes objetivos específicos: identificar os obstáculos enfrentados pelos diversos segmentos (pais, alunos, professores e comunidade escolar) no processo de democratização do espaço escolar; observar se há condutas repressoras de gestores da EJA que dificultam a participação de todos os segmentos na convivência democrática.

Para melhor compreensão da temática em questão, esse artigo está organizado em partes que vistas de maneiras interligadas, propiciam melhor entendimento dos objetivos e das questões de problemas apresentados. São destacados a temática, o objetivo geral e os objetivos específicos; além disto, destacamos os procedimentos metodológicos, a abordagem utilizada, os procedimentos estratégicos, os sujeitos e local de investigação, assim como os instrumentos, as etapas e as análises de dados.

As contradições e as possibilidades existentes na escola merecem a nossa atenção por não internalizarmos as devidas necessidades que ela apresenta. Tais necessidades que porventura estejam dentro das metas e objetivos que a escola deseja e não consegue realizar, podemos citar a desenvoltura da sua autonomia, a consideração e o respeito às diferenças individuais, a cooperação, a solidariedade, o trabalho em equipe, o ensinar a aprender e a descoberta como processo de aprendizagem.

Ao invés disto a escola muitas vezes submete alunos e professores a ordens e rotinas discutíveis. Esses sujeitos jovens e adultos foco desta pesquisa, são tratados como uma coletividade homogênea. A escola estimula a competição individual neutralizando os grupos, tendo muitas vezes, dificuldades em aceitar o erro como elemento de construção do conhecimento. Portanto, todas as pessoas envolvidas no processo educacional deveriam intervir nessa realidade buscando reconstruí-la, a fim de se obter

uma escola completa, de respeito mútuo e de convivência democrática.

Partindo do princípio de que toda instituição é marcada pela necessidade da ordem e das regras, independente da modalidade, os gestores escolares submetem-se muitas vezes à práticas autoritárias que, embora pareçam organizar o coletivo, desrespeitam os princípios pedagógicos que regem as novas formas de administração e reproduz o preconceito, a violência e a ausência de diálogo, este último tão imprescindível no processo de ensino e aprendizagem.

Paulo Freire (2018) afirma que: “Não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação-reflexão”. Portanto, é através da ação-reflexão que chegamos ao diálogo e o diálogo nos leva à transformação e só através da transformação que os sujeitos tornam-se conscientes de seu papel enquanto sujeitos nesse mundo. O ambiente escolar é um espaço privilegiado na construção do conhecimento e requer que os alunos sejam valorizados e que estabeleçam laços afetivos com toda a comunidade escolar.

Tornar a escola um espaço a ser compartilhado é fundamental. Por isso, o Projeto Político Pedagógico, o Conselho Escolar, a Associação de Pais e Mestres e o Regimento escolar qualificam a gestão, tornando-a mais democrática e/ou transparente, contribuindo para uma convivência que respeite as diferenças individuais e que potencialize o trabalho coletivo. Essa troca de saberes propicia a construção social e de identidade da escola e estes como processos constituintes do fazer pedagógico, propiciam a qualquer instituição credibilidade perante a comunidade na qual está inserida.

O respeito à diversidade que se pretende alcançar num espaço privilegiado como a escola está concebido desde o acolhimento dos sujeitos jovens e adultos ali presentes com as suas individualidades até as suas representações através dos segmentos da esfera administrativa e pedagógica.

É nessa perspectiva que os membros que participam dessas organizações citadas acima como o PPP, a Associação de Pais e Mestres, o Conselho Escolar e o Regimento Escolar, juntamente com os pais, os professores e os próprios alunos, discutem e viabilizam estratégias que dentro do contexto da EJA buscam construir uma escola mais aberta, democrática e mais direcionada a apreensão de conhecimentos. Portanto, tudo é construído no sentido de firmar parcerias com a comunidade, trazendo aquilo que se espera de uma organização democrática: espaço aberto a sugestões, às diferenças individuais e à autoridade flexível.

Espaço Democrático e Participativo

A gestão democrática escolar está cada dia em maior visibilidade, pois se trata de uma temática ampla, envolvendo sujeitos em diversos contextos, dentro de um mesmo patamar, onde todos exercem papéis de fundamental importância. Permite organizar todas as questões que influenciam as práticas escolares e além disso, procura sempre estar atendendo as exigências de todos os agentes que participam da formação do ambiente educativo.

A LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/96) em seus artigos 14 e 15 apresentam as seguintes determinações:

Art. 14 - Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I. Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II. Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

Art. 15 - Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica e administrativa e de gestão financeira, observadas as normas de direito financeiro público. (BRASIL, 1996)

Com base nessa perspectiva, de acordo com a LDB, as instituições públicas que ofertam a Educação Básica devem ser administradas no princípio da Gestão Democrática. Vieira (2005, p. 14) relata que estes artigos se referem à gestão democrática do ensino público na educação básica aos sistemas de ensino, oferecendo “ampla autonomia às unidades federadas para definirem em sintonia com suas especificidades formas de operacionalização da gestão, com a participação dos profissionais da educação envolvidos e de toda a comunidade escolar e local”.

A gestão escolar atua em duas grandes áreas dentro da instituição de ensino: a administrativa e a pedagógica. Essas áreas precisam estar conectadas entre si, para que haja, de fato, uma harmonia dentro do espaço escolar. Ao abordarmos a gestão democrática aliada ao convívio democrático, subentende-se que sua construção dá-se coletivamente, dentro de um processo de interação com toda a comunidade escolar.

A escola como uma instituição que ainda engatinha para o processo democrático e a EJA como modalidade constituinte deste mesmo processo, necessita rever o seu modelo de organização para tornar-se parte integrante e fundamental no que se refere à

prática da participação democrática. O modelo de organização político-administrativa e pedagógica que se pretende alcançar na Educação de Jovens e Adultos do espaço aqui mencionado deve ser construído por todos os envolvidos e todas as decisões a serem tomadas devem partir das reflexões realizadas durante essa construção.

Miguel Arroyo (1979) faz um alerta sobre a administração educacional a nível político: Mais de vinte anos depois, vale pontuar o caráter político da educação como condição para se afirmar enquanto educação democrática. Além de ser eminentemente política é portanto, educativa. É através da gestão democrática que todos os segmentos da escola convergem. Ela tem a função de direcionar, convergir e tornar coerentes todas as ações efetivadas na escola.

Assim, vista como uma organização social, cultural, humana e política, requer que cada sujeito envolvido nesta construção seja responsável pelas propostas a serem executadas. Devendo ao gestor a responsabilidade maior da iniciativa na promoção do atendimento às necessidades e anseios da comunidade escolar. Segundo Paro:

Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são “liberais” com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes “dão abertura” ou “permitem” que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir “ditador democrático”. (PARO, 2006, p. 18-19).

Considerando o que disse Paro, há uma confusão de conceitos sobre o que é uma gestão democrática para alguns membros dentro do espaço escolar. Porém, devemos considerar que uma direção “liberal” não se encaixa numa real convivência democrática. O que devemos levar em conta são as realizações em conjunto de toda a comunidade escolar.

É fundamental que o processo de gestão democrática leve à escola à busca da sua autonomia enquanto instituição de ensino. Sua identidade, os papéis a serem desempenhados e toda conjuntura organizacional dão à mesma, possibilidade de contribuir para efetiva participação de todos e todas no exercício da cidadania enquanto sujeitos de direitos. É prioridade de qualquer organização educacional seja ela pública ou privada, tornar-se autônoma para exercer democraticamente os seus papéis.

De acordo com Gadotti (2001) uma Lei de Gestão Democrática do Ensino Público

não faria nenhuma diferença se a mesma não atribuir autonomia pedagógica, administrativa e financeira às instituições escolares, se a equipe formada por gestor, professores, alunos, e demais atores do processo desconhecem o significado político da autonomia.

Para ele, o exercício desta autonomia não é dádiva, mas sim uma construção contínua, individual e coletiva. Sendo assim, uma gestão democrática efetiva dar-se-á pela participação de todos os segmentos, levando à construção de espaços dinâmicos, marcados pela diversidade e pelos distintos modos de compreender a escola.

Diante disso, é evidente que a autonomia a que nos referimos é essencial para humanização de todo o corpo administrativo/pedagógico das instituições de ensino. Vale ainda ressaltar que devido a essa construção coletiva citada pelo autor, a inclusão e a diversidade ficam como marcas registradas neste processo, já que os autores do Projeto Político Pedagógico estão entre os maiores interessados a uma convivência democrática.

Por esta razão, o PPP voltado para as necessidades da escola busca assegurar o seu bom direcionamento considerando não somente a sua construção, como também a sua aplicabilidade. Como disse Gadotti (2001) no texto: Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola publicado pela Secretaria do Estado da Educação de Minas Gerais:

O Projeto Político Pedagógico da escola é, por isso, um projeto que implica, acima de tudo, um certo referencial teórico-filosófico e político. Ele não fica, contudo, no referencial. Ele implica em estratégias e propostas práticas de ação. Para educar não basta indicar um horizonte e um caminho para se chegar lá. É preciso indicar como se chega lá e fazer o caminho juntos (GADOTTI, 2001, p. 34).

A construção do Projeto Pedagógico é uma oportunidade de trabalho coletivo que a comunidade procura definir seus planos para o futuro, buscando coletivamente como disse o autor, o caminho a prosseguir. A integração de vários pontos de vista para definir compromissos é essencial para uma gestão participativa e uma convivência democrática. Porém, estas decisões devem ser cautelosas para que os sujeitos deste contexto, inseridos na EJA não saiam perdendo por não terem oportunidade de manifestar as suas proposições. Comenta Paro:

Na medida em que se conseguir a participação de todos os setores da escola – educadores, alunos, funcionários e pais – nas decisões a respeito dos seus objetivos e de seu funcionamento, ter-se-á melhores condições para pressionar os escalões superiores no sentido de dotar a

escola de autonomia e de recursos. (PARO, 2006, p.52).

Diante do exposto, a autonomia que se deseja de uma escola da EJA deve estar pautada nos interesses coletivos. Tais interesses devem proporcionar aos sujeitos que compõem este espaço o direito de intervir nas decisões mais burocráticas e administrativas que possam interferir nas premissas educacionais voltadas ao bom desempenho da instituição.

Uma escola de convívio democrático deve estruturar-se de modo que os seus atores dependam uns dos outros sem se transformarem em escravos, que partilhem o seu poder, que não substituam a sua alegria de viver pelo prazer de aplicar uma medida ou de cumprir normas. E que acima de tudo, acompanhe os educandos, evitando apassivá-los.

Que os ensine a cooperar, a respeitar as diferenças, a resistirem, a serem solidários e tolerantes. Que os levem à apreensão de conhecimentos, não restringindo o trabalho educativo apenas no rendimento acadêmico. Que promova a confiança não criando barreiras entre os que sabem e os que não sabem. Que pratiquem uma pedagogia diferenciada respeitando os limites de cada um. Que a reciprocidade e a justiça sejam reconhecidas. Que haja a participação de todos. Que ao educar para a autonomia, considere as reflexões presentes entre os participantes do processo democrático.

As ideias de autores como Gadotti (2001) e Paro (2006), partem da premissa de que através da realização de um trabalho participativo, autônomo, transparente e democrático, envolvendo todos os segmentos sociais que compõem à escola, podemos contribuir para o rompimento do autoritarismo que ainda está presente no interior destes espaços, concebendo assim uma escola como uma organização atenta ao diálogo e à diversidade de informações, contribuindo com a igualdade de direitos frente a uma gestão participativa e a um convívio democrático.

Partindo desse pressuposto, Gadotti (2001) nos leva a refletir de que forma a gestão democrática deve estar no cotidiano da escola, relacionada à divisão do trabalho, ao cumprimento do calendário escolar e na distribuição das aulas, na formação de grupos de trabalho e na capacitação dos recursos humanos. Para o autor, a gestão democrática é **atitude e método**. A atitude, segundo ele é democrática e necessária, mas não é suficiente. Na nossa prática, é necessário utilizarmos métodos democráticos para efetivarmos o exercício da democracia. Além de ser um aprendizado, demanda tempo, atenção e trabalho.

Nessa perspectiva, a gestão democrática concretiza-se por considerar a

diversidade um desafio na construção da cidadania focada em princípios de igualdade e respeito. Vale ainda destacar que Gadotti defende esse convívio como fruto de um processo que pode demandar o tempo necessário para ser firmado como ideal, partindo do pressuposto de que a participação efetiva é primordial, valorizando as diferentes proposições e reavaliando-as quando necessário.

Percurso Metodológico

Ao investigarmos a temática o convívio democrático: a função da escola na perspectiva da Educação de Jovens e Adultos - EJA, decidiu-se desenvolver uma pesquisa de abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa de campo para obtermos dados dos mais fidedignos possíveis com relação aos sujeitos envolvidos nesse contexto da investigação. A escolha da abordagem e do tipo de pesquisa nos remete a diversos processos necessários para atingir aos objetivos propostos. É na verdade um caminho a percorrer em busca de resultado satisfatório.

Optou-se pela abordagem qualitativa, pois de acordo com Flick (2009, p. 24), de um modo geral, “a pesquisa qualitativa não se baseia em um conceito teórico e metodológico unificado. Diversas abordagens teóricas e seus métodos caracterizam as discussões e a prática da pesquisa. Os pontos de vista subjetivos constituem um primeiro ponto de partida”. Portanto, a investigação foi realizada tendo em vista alguns pontos considerados relevantes para a compreensão dos fatos dentro do espaço escolar. Nessa perspectiva, Bogdan e Biklen (1994) entendem que:

As ações podem ser melhor compreendidas quando são observadas no seu habitat de ocorrência. Os locais têm de ser entendidos no contexto da história das instituições a que pertencem (...) para o investigador qualitativo divorciar o acto, a palavra ou o gesto do seu contexto é perder de vista o significado. (BOGDAN e BIKLEN 1994, p. 48).

A abordagem escolhida deve-se ao fato de buscar compreender como a escola lida com a equipe que a constitui, como esta lida com a escola e como essa relação se dá no campo da Educação de Jovens e Adultos, já que é a especificidade desta escrita.

Considerando ser esta escola um espaço privilegiado de convivência e a modalidade EJA a escolhida como campo de estudo, cabe compreender como esses sujeitos provenientes em sua maioria da zona rural do município de Mairi/Ba, podem tornarem-se protagonistas deste processo educacional. A relação que se pretende

estabelecer entre membros da comunidade escolar, professores e alunos tem o intuito de construir uma ponte de estreitamento de qualquer distância cultural e/ou regional, protagonizando o papel de cada um nas decisões do espaço que ocupam.

A investigação foi desenvolvida em diferentes etapas de ensino, a fim de dispor sobre as relações dentro deste espaço educativo como veremos a seguir:

Resultado e Análise dos Dados

A pesquisa qualitativa nos possibilita escolher diversos métodos podendo trabalhar separadamente. Flick (2009, p. 95) afirma que: “a pesquisa qualitativa pressupõe, sim, uma compreensão diferente da pesquisa em geral, que vai além da decisão de utilizar uma entrevista narrativa ou um questionário, por exemplo”. É válido enfatizar que na elaboração de um questionário ou de uma entrevista, alguns dados devem estar bem nítidos para que não haja nenhuma sombra de dúvidas relacionadas ao método proposto; “na entrevista, o foco é compreendido como relacionado ao tópico de estudo, e não ao uso de estímulos, tais como filmes”; estímulos externos são direcionados a outro tipo de entrevista, como relata Flick (2009, p. 146).

Ao optarmos pela entrevista semiestruturada, temos consciência que antes passamos, automaticamente pela observação, como bem nos lembra Bogdan e Biklen (1994). E para reforçar sobre a utilização da entrevista durante a pesquisa, faz-se interessante saber que:

Em entrevista qualitativa, a entrevista pode ser utilizada de duas formas (...) em todas as situações, a entrevista é utilizada para recolher dados descritivos na linguagem do próprio sujeito, permitindo ao investigador desenvolver intuitivamente uma ideia sobre a maneira como os sujeitos interpretam aspectos do mundo. (BOGDAN e BIKLEN, 1994, p. 134).

Foram dez sujeitos entrevistados e os dados recolhidos no Centro de Ensino Fundamental Marc Thein mostram que o coletivo das pessoas pesquisadas, que faz parte dos segmentos escolares, declararam suas opiniões, como veremos a seguir:

“A gestão democrática é algo ainda a ser construído; pois a maioria das decisões, sejam elas de cunho administrativo e/ou pedagógico, ainda é resolvida apenas pelos gestores”; (S1).

“Nós participamos, assim como a nossa família, em alguns casos, mas acredito que estas participações deveriam ser mais expressivas em momentos mais oportunos”. (S2).

Das dimensões analisadas, a participação da família e da comunidade escolar nas decisões levaram 75% dos entrevistados a declararem que a comunidade tem maior ênfase em participação somente quando há festas comemorativas; 25% disseram que a comunidade é passiva. Acontece algo semelhante com a participação da escola em eventos culturais na comunidade.

Sobre a administração de conflitos entre alunos, 65% dos professores disseram que se resolve através da interferência do gestor, professor e fiscal de área; 18% afirmaram que é através de realização de trabalhos em grupo e 17% afirmaram que só com o diálogo que se resolve.

Sobre o relacionamento do gestor com os demais funcionários da escola e com os alunos, 78% responderam ser uma relação amigável enquanto que 22% responderam ser uma relação de respeito. Já a dimensão sobre estratégias utilizadas para mediar conflitos em sala de aula, 70% dos investigados relataram que as relações estabelecidas em sala de aula são consideradas na maioria das vezes harmoniosas, baseadas no diálogo; 30% afirmaram que utilizam metodologias contextualizadas ao Ensino Religioso, à Educação Física e Artes.

Os entrevistados argumentam que diante de algumas situações de conflito, a escola interfere nas atitudes repressoras, acrescentando que estas, a depender da maneira de como forem abordadas, podem ajudar a construir uma melhor convivência.

Com relação às sugestões do corpo docente para melhorar as relações interpessoais dos educandos e educandas, 20% das professoras sugerem que os alunos causadores de conflitos mantenham-se afastados das aulas; porém, 80% dos pesquisados apoiam métodos menos repressores como à utilização de palestras, encaminhamentos ao Psicólogo, Projetos sobre temas relevantes e principalmente o diálogo com o aluno.

Quando questionados sobre a participação da família e da comunidade dentro do espaço da escola, ficou claro que nesta dimensão há muitas brechas a serem resolvidas pois os entrevistados se declaram insatisfeitos ao falarem que a família só participa quando há festas comemorativas, o que mostra ser um ponto frágil e que com a maior representatividade dos segmentos, decisões outras podem vir a serem tomadas no intuito de que a participação da família e da comunidade seja realmente de maior importância.

Sobre a administração dos conflitos, nota-se que a gestão e outros profissionais como os professores, ainda tem uma forte participação fazendo interferências em

substituição ao diálogo, o que pode ser entendido como uma imposição ou uma atitude autoritária, já que estamos lidando com alunos jovens e adultos que podem por vezes evitar ou equilibrar os conflitos em reflexo à boa vivência que se propõe alcançar.

A relação do gestor com os funcionários da escola e com os alunos foi apresentada como amigável pela grande maioria dos entrevistados como podemos notar. Outra parte qualificou como relação de respeito. Embora todas as respostas tenham sido legítimas, foi fácil entender que essa relação está impactada pela obediência, pela falta de objetividade nas falas e muitas vezes pelo autoritarismo, o que impulsiona ainda mais a participação dos principais agentes da comunidade escolar.

As estratégias para mediar conflitos se contradizem com a administração dos conflitos. Ao serem questionados, a maioria afirma que o diálogo resolve de forma harmoniosa todas as questões e o restante diz ser nas estratégias de disciplinas que tentam resolver as situações. Nesta questão o diálogo que se firma sempre parte da gestão com as imposições sem deixar qualquer brecha para que o alunado se permita intervir, afirmando a acomodação das atitudes e a passividade de todos os profissionais, o que pode ser transformado com a vivência mais democrática de todos.

Ao final quando questionados que atitudes poderiam ser tomadas para melhorar as relações interpessoais dos jovens, a grande maioria optou por muitas e ótimas estratégias que podem e devem ser construídas ao longo do tempo pelos próprios sujeitos envolvidos. As atitudes repressoras que uma parte menor concorda, preocupam no sentido de que elas existem e são tomadas com frequência, e aí fica ainda mais claro a importância da administração e mediação dos conflitos através desse protagonismo que buscamos aqui.

Cabe mencionar que o processo da entrevista foi importante e necessário por possibilitar uma melhor construção na convivência de todos os alunos jovens e adultos que frequentam o contexto, entre eles e toda a comunidade escolar, possibilitando inclusive a oportunidade de um protagonismo destes sujeitos em todas as situações e decisões que possam vir a serem tomadas.

Considerações finais

Através de abordagens empíricas foi possível verificar como se dá a participação efetiva dos diversos segmentos educacionais, considerando esta como indispensável nas tomadas de decisões de cunho pedagógico ou administrativo, vislumbrando os vários

pontos de vista como essenciais. Este estudo buscou, através de uma pesquisa de campo, analisar os resultados dos questionários que foram entregues à instituição de ensino, visando delinear como se dá o processo de gestão participativa e democrática.

Ao considerar o convívio democrático como a maior premissa para que haja qualidade na educação, buscou-se salientar nesta pesquisa o quão importante é a participação de toda a comunidade escolar para que de fato este processo ocorra. Com o resultado da entrevista e com a realidade apresentada, foi possível tornar mais transparente o funcionamento da instituição e construir as melhores condições e qualidade de educação para todos.

Concluimos com esta pesquisa que neste espaço ainda não há uma gestão democrática com a participação dos representantes que constitui o coletivo de professores, gestores, alunos, pais e da comunidade local. Por isso entendemos ao analisarmos as respostas dadas à entrevista, que o gestor como principal elemento que representa a escola, pode impulsionar ou travar esse processo de construção de uma melhor convivência. A sua postura é importante e deve ser de respeito aos demais segmentos, contribuindo para a abertura de um caminho democrático onde as relações sejam as melhores e as mais propícias à multiplicação das ações a serem seguidas.

REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez. **Administração da educação, poder e participação**. Educação e Sociedade, São Paulo, v. 1, n. 2, jan. 1979.
- BOGDAN, Robert C; BIKLEN, Sari Knopp. **Investigação Qualitativa em Educação**. Tradutores: Maria João Sara dos Santos e Telmo Moirinho Baptista. Revisor: António Bralco. Vasco Editora: Porto editora, 1994, p. 48 e 134.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Artigo 14 e 15**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996.
- FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009, p. 24, 95 e 146.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra. 2018.
- GADOTTI, Moacir. **Dimensão Política do Projeto Pedagógico da Escola**. Disponível em: http://siteantigo.paulofreire.org/pub/Institu/SubInstitucional12030234911t003Ps002/Projeto_ped_Esc_Sagarana_2000.pdf Acesso em: 22 Jul.2019.
- _____. Moacir, **Projeto político-pedagógico da escola Fundamentos para a sua realização**. In: GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José Eustaquio (orgs.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001, p. 33-41.
- PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3 ed. São Paulo: Ática, 2006, p. 18,19 e 52.
- _____. Vitor Henrique, **Temas em Debate: A Utopia da Gestão Escolar Democrática**. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n60/n60a07.pdf> Acesso em: 01

Agost.2019.

VIEIRA, S. L. **Educação e gestão: extraindo significados da base legal**. In: Secretaria de Educação Básica do Estado Ceará. (Org.). **Novos Paradigmas de Gestão Escolar**. Fortaleza: Secretaria de Educação Básica do Estado do Ceará. 2005, v. p. 7-26.

Submetido em: 22/07/2020

Aprovado em: 18/01/2022

Como referenciar este artigo:

FALCÃO, Ana Patrícia. O Convívio Democrático: A função da escola na perspectiva da Educação de jovens e adultos - EJA. **revista Linguagem**, São Carlos, v.41, n.1, 2022 p. 1-14.